...continuação

ASSOCIAÇÃO NÓBREGA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ANEAS

CNPJ nº 33.544.370/0001-49
Declarada de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 50.517/61, publicado no DOU de 13/04/1962, de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto nº 41.567 de 24/01/1997 e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)

(a) Em 31/10/2018 devido a incorporação parcial da AJEAS os montantes de empréstimos partes relacionadas foram abatidos no acervo patrimonial incorporado. O montante em aberto com a AJEAS refere-se a parcela não cindida. (b) Em 31/12/2018 foi concedido perdão de dívida à Companhia de Jesus pela ANEAS referente à valores creditados em conta corrente em períodos anteriores. O valor total envolvido era de R$ 890.
b. Transações com partes relacionadas
Resumo das despesas convênios firmados com partes relacionadas

Partes relacionadas	Saldo
Fundação Fé e Alegria (nota 26)	6.581
AJEAS - Associação Jesuíta de Educação e Assistência Social (a)	3.312
Companhia de Jesus (b)	2.800
JESLEQ - Provincia dos Jesuítas do Leste Equatorial do Brasil	433
ASAV - Associação Antonio Vieira	140
AIA - Santuário Anchieta	121
CEAS - Centro de Estudos de Ação Social	39
Nuepo - Nucleo Pobreza Pieter Lourdinha	50
ANI - Associação Nacional de Instrução	37
Educandario Carlos Chagas	23
	13.536

A seguir, detalhamos as principais operações com as partes relacionadas constantes nas composições acima: (a) O objetivo deste convênio é realizar, por meio das atividades da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia - FAJE, cursos a comunidade acadêmica em geral, garantindo formação profissional e humanista necessária à formação de quadros futuros (núcleo celular institucional), daqueles que irão integrar as frentes de evangelização e difusão da ética e da fé cristãs. (b) O objetivo deste convênio é a conjunção de esforços para em união oferecer a terceiros de vida consagrada, os serviços de assistência em casa de repouso para idosos, com fornecimento das dependências físicas e infra estrutura necessária, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 70 anos ou, em estado de vunerabilidade que justifique sua estadia, com ou sem vínculo familiar, em condições de liberdade, dignidade e cidadania, em conformidade com o que estabelece a Lei nº 10.741 de 01/10/2003-Estatuto do Idoso. **c. Remuneração do pessoal-chave da administração:** Os diretores da Associação compõem o quadro de pessoal-chave de sua administração e não recebem remuneração pela prestação de seus serviços, conforme a sua previsão estatutária. **22. Patrimônio líquido: Patrimônio social:** Conforme estatuto social, a Associação deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, não poderá distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social. No caso de extinção da Associação, seu patrimônio, por vontade expressa da instituidora, será incorporado ao da Companhia de Jesus. **Ajuste de avaliação patrimonial (reavaliação de bens):** O ajuste de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência da atribuição do "deemed cost" no momento da aplicação pela primeira vez das normas da CPC, da rubrica de imóveis do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada. O ajuste de avaliação patrimonial está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra o superávit acumulado. Não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos em decorrência de a Associação possuir imunidade tributária. **23.Receita operacional:** A ANEAS demonstra abaixo a composição da receita operacional líquida:

	2018	2017
Receitas de ensino	319.896	305.400
Receitas patrimoniais	68.311	75.663
Receitas com contribuições	1.967	1.246
Receitas com trabalhos voluntários	1.557	1.555
Receitas com vendas	3.209	-
Outros receitas	12.059	7.869
	406.999	391.733
Cancelamentos e devoluções	(203)	(636)
Bolsas institucionais	(21.114)	(20.392)
Bolsas Cebas (nota 26)	(48.516)	(46.940)
	(69.833)	(67.968)
	337.166	323.765

Tipo de produto	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC47 / IFRS 15.
Prestação de serviços educacionais	O cliente obtem o controle das receitas com mensalidades de ensino no momento da prestação de serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização	A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Associação e quando puder ser mensurada de forma confiável. As receitas com contribuições dos alunos (mensalidades) são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência.
Patrimoniais	Os valores relacionados aos arrendamentos mercantis operacionais referem-se, substancialmente, aos recebimentos de alugueis, que possuem prazos contratuais entre 5 e 10 anos renovável por igual período e seus valores	A receita é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo de arrendamento contratado.
Vendas de mercadorias	O cliente obtêm o controle dos produtos quando os produtos são despachados do depósito da Associação. As faturas são emitidas e a receita é reconhecida neste momento.	A receita é reconhecida quando as mercadorias são despachadas do depósito da Associação

24. Despesa por natureza

Despesas por função	2018	2017
Custos dos serviços prestados	(292.787)	(290.407)
Despesas com vendas	(3.200)	(4.525)
Despesas gerais e administrativas	(25.569)	(26.495)
Outras (despesas) receitas operacionais	(11.203)	(5.056)
	(332.759)	(326.483)

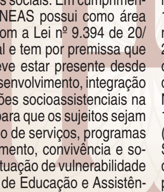
Despesas por natureza	2018	2017
Despesas com pessoal	(207.746)	(203.425)
Depreciação e amortização	(28.149)	(25.373)
Despesas com serviços	(43.704)	(47.638)
Despesas assistenciais (nota 26)	(13.536)	(6.209)
Despesas com materiais	(15.291)	(15.938)
Serviços básicos	(6.652)	(6.280)
Despesas com viagens	(4.085)	(5.091)
Despesas com patrimônio e utilidades	(1.076)	(2.811)
Custos sobre vendas	(1.515)	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.112)	(1.701)
Despesas com propaganda e marketing	(629)	(1.436)
Trabalhos voluntários	(1.557)	(1.555)
Provisão para obsolescência	(1.752)	-
Provisão para contingência	(1.397)	(2.564)
Outras despesas	(4.558)	(6.462)
	(332.759)	(326.483)

25. Resultado financeiro

Receitas financeiras	2018	2017
Receita de aplicações financeiras	19.730	34.574
Outras receitas financeiras	3.273	2.139
	23.003	36.713
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(226)	(204)
Outras despesas financeiras	(48)	(104)
	(274)	(308)
	22.729	36.405

26. Benefícios sociais ofertados por meio da concessão de bolsas de estudo, Benefícios Tipo 1 e Tipo 2 ao aluno bolsista e ações socioassistenciais com base na Lei 12.101/2009 e 12.868/2013, regulamentada pelo Decreto 8.742/1993 e Portaria Normativa MEC nº 15/2017: Desde sua fundação em agosto de 1900, a ANEAS valoriza os conceitos de cidadania, ética e solidariedade e cumpre sua Missão dedicando-se para que as ações por ela desenvolvidas sejam respostas efetivas às demandas sociais. Em cumprimento a sua Missão e em consonância com a legislação vigente, a ANEAS possui como área preponente a Educação, a qual presta serviços em conformidade com a Lei nº 9.394 de 20/12/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e tem por premissa que a educação é elemento constitutivo do ser humano e, portanto, deve estar presente desde o momento em que ele nasce, como meio e condição de formação, desenvolvimento, integração social e realização pessoal. A ANEAS também ofertou em 2018 ações socioassistenciais na área da Assistência Social, visa contribuir para garantia de direitos e para que os sujeitos sejam protagonistas de sua história. As ações foram desenvolvidas por meio de serviços, programas e projetos os quais proporcionaram aos usuários atendidos: acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos de acordo com a identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. **a. Educação:** A ANEAS desenvolveu suas atividades de Educação e Assistência Social por meio de suas unidades mantidas que estão concentradas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, conforme descritas abaixo:

***São Paulo*:**
Mantenedora
Colégio São Francisco Xavier
Colégio São Luís;
Centro Santa Fé;
Oficinas Culturais Anchieta - OCA.
***Rio De Janeiro*:**
Colégio Anchieta;
Colégio Santo Inácio;
Centro Educativo Padre Agostinho Castejón.
Minas Gerais:
Centro de Educação Infantil Nhá Chica;
Colégio dos Jesuítas;
Colégio Loyola;
Escola Técnica de Eletrônica - ETE FMC.



Na área de educação implantou diretrizes que são seguidas em todos os colégios, buscando unidade no modo de proceder das obras de forma a garantir o acesso, a permanência e a conclusão escolar do aluno bolsista, afirmando os princípios, diretrizes e objetivos da Missão Jesuíta. Visa com essas políticas a excelência no acolhimento do aluno voltada ao sucesso acadêmico. A aferição das condições socioeconômicas das famílias dos alunos bolsistas para o ensino básico, no processo de concessão de bolsas de estudo e de benefícios complementares, busca a competência técnica e o cumprimento da legislação vigente, sendo que para tal constituiu-se equipe provida de assistente social em cada unidade educacional. No exercício de 2018, a ANEAS prestou serviços na Educação Básica nos três níveis de ensino: Ensino Infantil, Fundamental e Médio e também nas modalidades da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional Técnica. Em conformidade com o artigo 13 da Lei nº 12.101/2009 e suas modificações com a Lei 12.868/2013, como também seu Decreto regulamentador nº 8.242/2014 e Portaria Normativa MEC nº 15/2017, concedeu bolsas de estudo e benefícios Tipo 1 e Tipo 2 à alunos que comprovaram perfil socioeconômico de acordo com as regras da legislação vigente: **(i) Bolsas de Estudo -** Concessão de bolsas de estudo integrais (100%) e parciais (50%) a alunos com perfil socioeconômico estabelecido na Lei 12.101/09 e suas modificações com a Lei 12.868/2013, Decreto regulamentador nº 8.242/2014 atendendo também as padronizações previstas na Portaria Normativa MEC nº 15, de 11/08/2017 para Educação Básica. **(ii) Benefícios Tipo 1 e Tipo 2 -** Foram ofertados benefícios Tipo 1 e 2 a alunos beneficiados com bolsas de estudo integral, objetivando a permanência do estudante na Unidade Educativa, conforme Lei 12.101/2009 e suas modificações na Lei 12.868/2013 e Decreto regulamentador nº 8.242/2014, atendendo também as padronizações previstas na Portaria Normativa MEC nº 15, de 11/08/2017. Conforme determina a Lei 12.101/2009, artigo 13 e incisos, a ANEAS demonstra no quadro a seguir a oferta das bolsas de estudo com o quantitativo de alunos beneficiados, na relação de 1 (uma) bolsa de estudo integral, para cada 5 (cinco) alunos pagantes, para o exercício findo em 31/12/2018.

Quadro da distribuição das bolsas de estudo - quantitativo de alunos em 31/12/2018 - educação básica

Educação básica	Em quantidade
1- Alunos base	**13.715**
2 - Alunos pagantes	**10.479**
3- Necessidade: 1/5	**2.096**
(+) Bolsas de estudo integrais	2.050
(+) Bolsas de estudo integrais em tempo integral (1,4)	479
(+) Bolsas de estudo parciais de 50%	211
4 - (=) Total de bolsas de estudo	**2.953**
5- (+) Benefícios complementares (conversão)	**127**
6- (=) Diferença de bolsas de estudo a maior	**857**

Conforme quadro acima, na Educação Básica, a ANEAS beneficiou alunos com bolsas de estudo, na seguinte proporção: 2.050 alunos com bolsas de estudo integrais, 479 alunos com bolsas de estudo integrais em tempo integral, e ainda, bolsas de estudo parciais para 211 alunos. A distribuição dos benefícios Tipo 1 e Tipo 2, prevista na Portaria Normativa MEC nº 15, de 11/08/2017, converteu o montante de R$ 2.483 em 127 bolsas de estudo integrais. Na relação com o mínimo devido (1 bolsa de estudo para cada 5 alunos pagantes), foram concedidas 857 bolsas de estudo acima do mínimo devido para o cumprimento da Lei 12.101/2009. A ANEAS apresenta no quadro a seguir a distribuição das gratuidades em bolsas de estudo e benefícios tipo 1 e tipo 2:

Apuração das gratuidades concedidas	Em milhares de R$
Valor das bolsas de estudo integrais	43.545
(+) Valor das bolsas de estudo parciais	2.488
(+) Valor dos programas de apoio a alunos bolsistas - transporte	505
(+) Valor dos programas de apoio a alunos bolsistas - uniforme	80
(+) Valor dos programas de apoio a alunos bolsistas - material didático	702
(+) Valor dos programas de apoio a alunos bolsistas - alimentação	1.151
(+) Valor dos programas de apoio a alunos bolsistas - outros	45
(=) Total da gratuidade concedida	**48.516**

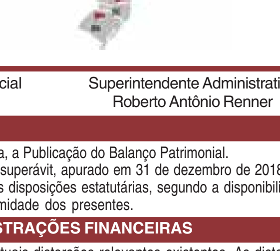
A ANEAS ofertou em 2018, o valor de R$ 48.516 em gratuidade, por meio da concessão de bolsas de estudo e benefícios Tipo 1 e Tipo 2 aos alunos bolsistas integrais. Em relação ao Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da ANEAS, o mesmo foi deferido por meio da Portaria nº 701, de 18/11/2014. Conforme determinação do artigo 40 da Lei nº 12.101/2009 e suas modificações com a 12.868/2013, como também seu Decreto regulamentador nº 8.242/2014. Em consonância com a legislação vigente, a ANEAS procedeu a entrega da documentação em meio físico, para renovação do próximo triênio 2014 a 2017, junto ao Ministério da Educação (MEC) em 01/12/2014, sob nº de processo 23000.013794/2014-81, o qual encontra-se aguardando análise, conforme SEI/MEC 0608107 emitida em 27/03/2017 e procedeu novamente, conforme obrigação legal a entrega da documentação em meio físico junto ao Ministério da Educação MEC para renovação MEC/SERES/ triênio 2018 a 2020 conforme protocolo emitido em 11/12/2017 - Processo nº 23000.047949|2017-25 o qual encontra-se no aguardo de análise. As unidades educacionais mantêm seu cadastro atualizado no EDUCACENSO (Dados do Censo Escolar da Educação Básica). A ANEAS procedeu afim de cumprir com o Despacho nº 20, de 27/04/2018 (D.O.U. de 30/04/2018), prorrogado pelo Despacho nº 85 de 29/11/2018, (D.O.U. 30/11/2018), que exige o cadastramento de usuário e inserção, no módulo de monitoramento do SisCebas-educação, contudo o Despacho nº 10 de 26/02/2019, publicado no Diário Oficial da União de 27/02/2019, Seção 1, pág. 27, suspendeu o Despacho nº 20/2018, devido manutenção do Sistema. **b. Assistência social:** A ANEAS desenvolveu suas atividades na área da assistência social em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2014), Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993), Norma Operacional Básica (NOB-SUAS/2005), Norma Operacional Básica em RH (NOB-SUAS-RH/2006), Resolução CNAS nº 109/2014 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais); Resolução nº 14/2014 do CNAS (Parâmetros Nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas e projetos) e Resolução nº 27/2011 do CNAS (Caracteriza as Ações de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos no âmbito da Assistência Social). O trabalho realizado teve como objetivo otimizar as relações sociais estabelecidas de forma a garantir que cada indivíduo seja visto como sujeito de direitos e protagonista de sua história. Desenvolveu serviços, programas e projetos que proporcionaram as comunidades locais o acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos de acordo com a identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Os serviços, programas e projetos estão organizados nos seguintes seguimentos: **(i) *Serviço de Atendimento* -** Proteção Social Básica - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. O Serviço de Atendimento foi realizado em 2018 em 2 (duas) Unidades Diretas no estado de São Paulo.

Unidades diretas proteção social básica	Nome do serviço	Usuários atendidos (2018)	Realizado (Em milhares R$)
Centro Santa Fé CNPJ 33.544.370/0039-11	Resgatando a história, fortalecendo vínculos e construindo cidadania	181	898
Oficinas Culturais Anchieta - OCA CNPJ 33.544.370/0006-53	Projeto Oficinas Culturais Anchieta - OCA	228	1.028
		409	1.926

(ii) Serviço de Assessoramento Técnico/Financeiro - O Programa de Assessoramento Técnico e Financeiro foi desenvolvido e monitorado diretamente pela Associação, por meio dos seguintes procedimentos: abertura de edital, análise e revisão dos serviços apresentados e formalização da parceria, por meio de Instrumento de Parceria, entre a ANEAS e a entidade beneficiada pelo programa. Após, iniciamos o acompanhamento bimestral norteado pelas Política Institucional. A Fundação Fé e Alegria do Brasil foi a entidade parceira no desenvolvimento desse programa em 2018, sendo ela devidamente certificada (CEBAS) e suas mantidas inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social e demais Conselhos pertinentes, conforme quadro abaixo:

Assessoramento técnico e financeiro Instituição Parceira	Nome do projeto	Usuários atendidos (2018)	Realizado (Em milhares R$)
Fundação Fé e Alegria/Sede Nacional	Fortalecendo vínculos na Missão de Fé e Alegria e Assessoria Técnica aos Centros Sociais (19 projetos apoiados - atuando em 14 estados brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Tocantins, Paraíba, Santa Catarina, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Amazonas).	3.014	6.581

Abrangência Territorial - Serviços Diretos e Projetos Sociais Apoiados



(iii) A Entidade também aplicou suas rendas em outras Instituições sem fins lucrativos com o intuito de difundir a promoção de ética e fé cristã propugnadas pela Companhia de Jesus. As atividades e Projetos atendem aos fins institucionais da ANEAS, segue abaixo os valores investidos:

Partes relacionadas	Realizado
(ii) Fundação Fé e Alegria	6.581
AJEAS Associação Jesuíta de Educação e Assistência Social	3.312
Companhia de Jesus	2.800
JESLEQ Provincia dos Jesuítas do Leste Equatorial do Brasil	433
ASAV Associação Antonio Vieira	140
AIA Santuário Anchieta	121
CEAS Centro de Estudos de Ação Social	39
Nuepo Nucleo Pobreza Pieter Lourdinha	50
ANI Associação Nacional de Instrução	37
Educandario Carlos Chagas	23
	13.536

27. Renúncia fiscal: Em atendimento a ITG 2002(R1) - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12 e alterada pela resolução 2015/ITG 2002(R1) em setembro de 2015, a Associação por julgamento, apresenta a seguir a relação dos tributos (impostos e contribuições) objetos de renúncia fiscal com as respectivas alíquotas incidentes: Incidentes sobre a receitas tributáveis (PIS 0,65%, COFINS 3%) Incidentes sobre o superávit do exercício (IR e CS 34%) Incidentes sobre a folha de pagamento (INSS patronal, terceiros e SAT). **28. Instrumentos financeiros:** A Associação não possui operações financeiras com instrumentos financeiros, entretanto, poderá incorrer em riscos relativos a risco de crédito, risco de taxa de juros e risco de liquidez. **Risco de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras era:

	2018	2017
Caixa e equivalente de caixa	96.587	101.915
Títulos e valores mobiliários	196.389	223.791
Contas a receber	14.772	14.888
Outras créditos	17.123	12.011
Empréstimos - partes relacionadas	3.127	42.429
	327.998	395.034

Os saldos de contas a receber de clientes está reduzido por provisão para créditos de liquidação duvidosa em montantes que a Administração considera suficiente para cobrir eventuais perdas. **Risco de liquidez:**A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem. A Associação apresentava em 31/12/2018 um saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de curto prazo de R$ 292.976 (R$ 325.706 em 2017) frente a um passivo circulante total na mesma data base de R$ 90.295 (R$ 57.016 em 2017) que representa uma posição liquida positiva de R$ 202.681 (R$ 268.690 em 2017). **Risco de taxa de juros:** Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Associação eram:

Instrumentos de taxa variável	2018	2017
Ativos financeiros - CDI		
Aplicações financeiras (caixa e equivalentes de caixa)	94.426	100.073
Títulos e valores mobiliários	196.389	223.791
Total	290.815	323.864

A Associação mantém parcela substancial de suas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários indexadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2018, a Associação apresentava exposição líquida a taxa de juros no montante de R$ 290.815 (R$ 323.864 em 2017) em aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários remuneradas em CDI. ***Análise de sensibilidade para mudanças na taxa de juros:*** Para o cálculo do cenário provável foram utilizadas as taxas referenciais obtidas na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2018. Os cenários "Possível" e "Remoto" levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados, em valores nominais são como seguem, e as despesas com juros de debêntures estão calculadas até o término de cada contrato indexado.

		Provável	Possível	Remoto
CDI (a.a.)		6,42%	6,42%	6,42%
			25%	50%
	Saldo Contábil	**Provável**	**Possível**	**Remoto**
Aplicações Financeiras classificadas como Caixa e Equivalentes de Caixa	94.426	100.488	102.004	103.519
Títulos e Valores Mobiliários	196.389	208.997	212.149	215.301
Exposição líquida em CDI	-	18.670	23.338	28.005

Estimativa do valor justo: A Associação divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas e requer determinadas divulgações sobre o valor justo. ***Valor justo vesus valor contábil:*** Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2018		2017	
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Títulos e valores mobiliários	196.389	196.389	223.791	223.791
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	94.426	94.426	100.073	100.073
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	2.161	2.161	1.842	1.842
Contas a receber de clientes e alunos	14.772	14.772	14.888	14.888
Outras contas a receber	17.123	17.123	11.261	11.261
Mútuo - partes relacionadas	3.127	3.127	42.429	42.429
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	10.552	10.552	6.487	6.487
Outras contas a pagar	90.972	90.972	4.438	4.438

As aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, classificadas como valor justo por meio do resultado, são classificadas na categoria nível 2. Para os níveis 1 e 3, a Associação não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datas-bases. **29. Arrendamento operacional como arrendador:** Os valores relacionados aos arrendamentos mercantis operacionais referem-se, substancialmente, aos recebimentos de alugueis, que possuem prazos de vencimento entre 5 e 10 anos renovável por igual período e seus valores, trazidos a valor presente dos recebimentos mínimos não representam, substancialmente todo o valor justo do ativo arrendado, conforme estudos elaborados pela Administração da Associação. A Associação reconheceu receitas no montante de R$ 68.311 em 31/12/2018 (R$ 75.663 em 31/12/2017), com operações de arrendamento mercantil. Os recebíveis futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

Menos de 1 ano	54.388
Mais de 1 ano e menos de 5 anos	115.008
Mais de 5 anos	14.094

Diretor Presidente — João Geraldo Kolling | Diretor Vice-Presidente — Marcos Epifanio Barbosa Lima | Diretor Administrativo — Jonas Carvalho de Moraes | Diretor de Educação — Raimundo Nonato O. Barros | Diretor de Assistência Social — José Ivo Follmann | Superintendente Administrativo — Roberto Antônio Renner | *Controller* — Neuri Luis Hammes | Fernando Marcelino Polysello — Contador - CRC 1SP 256549/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

(a) O Conselho Fiscal da **ASSOCIAÇÃO NÓBREGA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ANEAS**, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Contábeis e Financeiras: Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado do período, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social, Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC), relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.
(b) Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório da KPMG Auditores Independentes, o Conselho Fiscal, indica para aprovação os referidos documentos contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e autoriza, após a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a Publicação do Balanço Patrimonial.
(c) A proposta para que o superávit, apurado em 31 de dezembro de 2018, fosse destinado as atividades previstas nas disposições estatutárias, segundo a disponibilidade de recursos fora aprovada pela unanimidade dos presentes.

São Paulo/SP, 27 de março de 2019.
Danilo Aparecido Mondoni - Presidente do Conselho Fiscal
Fidel Garcia Rodriguez - 1º Conselheiro e secretário
Jonas Elias Caprini - 2º Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social - ANEAS - São Paulo / SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social - ANEAS ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social ANEAS em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2019
KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/O-6
Flavio Gozzoli Gonçalves - Contador CRC 1SP290557/O-2
Bruno Cesar Vieira da Silva - Contador CRC SP270337/O-1

Operação das polícias civis prende mais de 3,2 mil em apenas um dia

O Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil (CONPC) atualizou os números de mandados judiciais cumpridos durante a chamada Operação PC27, deflagrada na quarta-feira (24), em 26 estados e no Distrito Federal, para capturar foragidos da Justiça que cometeram crimes graves como roubo, homicídio, estupro, participação em crime organizado, entre outros

Segundo os dados fornecidos na tarde de ontem (25), a megaoperação mobilizou 13.772 policiais civis e resultou em um total de 3.296 prisões – sem levar em conta Minas Gerais, que ainda não repassou dados ao conselho. Do total de prisões, 1.302 pessoas foram detidas em cumprimento a sentenças condenatórias e 1.314 pessoas, por força de mandados judiciais de prisão preventiva. Cento e cinquenta e sete pessoas foram detidas em caráter temporário e 523 em flagrante.

Os estados com maior número de prisões foram São Paulo, onde foram detidas 1.002 pessoas – 671 já condenadas pela Justiça –, seguido por Rio de Janeiro (235), Goiás (202), Mato Grosso do Sul (193), Mato Grosso (186), Ceará (183) e Santa Catarina (181). De acordo com o conselho, os dados foram informados pelas polícias civis dos estados e ainda estão sujeitos a alterações.

Também foram apreendidos 304 adolescentes em conflito com a lei. Novamente, o estado de São Paulo liderou o ranking das unidades federativas com o maior número (95) de jovens apreendidos. Em seguida vieram o Rio de Janeiro (24); Mato Grosso do Sul (22); Distrito Federal (21); Ceará (19); Mato Grosso (18) e Pará (17).

Além disso, foram cumpridos 786 mandados de busca e apreensão e apreendidas 183 armas de fogo (29 no Rio Grande do Sul, 22 em Goiás e 20 em Santa Catarina). A operação resultou ainda na apreensão de drogas (maconha, cocaína, crack, haxixe, LSD e ecstasy). O cálculo do volume total de substâncias ilícitas encontrada depende ainda da conclusão dos laudos periciais.

Tânia Rego/ABr

A megaoperação mobilizou 13.772 policiais civis.

Em nota divulgada em seu site, a Polícia Civil de Minas Gerais informa que prendeu 179 pessoas e cumpriu 39 mandados de busca e apreensão na quarta-feira, em todo o estado. Duzentos policiais civis mineiros participaram da Operação PC27. Iniciativa conjunta que, segundo o delegado-geral Wagner Pinto de Souza, "fortalece as Polícias Civil em todo o país e demonstra a efetividade, eficácia e eficiência da nossa instituição" (ABr).

Dólar fecha abaixo de R$ 3,96 após ultrapassar R$ 4

Depois de começar o dia superando a barreira de R$ 4, a moeda norte-americana reverteu a tendência e fechou em queda. O dólar comercial encerrou ontem (25) vendido a R$ 3,956, com recuo de R$ 0,03 (-0,76%). A divisa acentuou a queda no fim da manhã e fechou perto da mínima do dia.

No mercado de ações, o dia também foi marcado pelo otimismo. O índice Ibovespa, da B3, subiu 1,59% e encerrou aos 96.552 pontos. Essa foi a maior alta diária desde 4 de abril, quando o indicador tinha se valorizado 1,93%. Ontem (24), o dólar tinha fechado no maior nível em sete meses e a bolsa, interrompido uma sequência de altas.

Hoje, o Ministério da Economia atualizou os números sobre a economia prevista com a reforma da Previdência. Segundo a pasta, a estimativa aumentou para R$ 1,236 trilhão nos próximos dez anos, caso a reforma seja aprovada como chegou à comissão especial da Câmara. O valor é mais alto que o R$ 1,169 trilhão divulgado há dois meses.

Apesar de o diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Bruno Serra, ter dito hoje que a autoridade monetária poderia intervir no câmbio caso a volatilidade persistisse, o órgão não mudou a atuação. O BC continuou a rolar (renovar) integralmente os contratos de swap cambial, que equivalem à venda de dólares no mercado futuro (ABr).

Como usar o design como ferramenta de lucratividade

Eduardo Lopes (*)

Para muitas pessoas, a palavra design é apenas sinônimo de um produto bonito, sem necessariamente ser útil ou relevante

Porém, o design vai muito além: está no comando de idealizar a concepção de uma marca, produto ou serviço e torná-la utilitária. Quando bem executado, o design pode revolucionar indústrias e a sociedade como um todo -- inclusive as empresas, é claro. Estes foram alguns dos insights levantados durante o Brasil Design Awards, maior premiação do setor no país.

Uma pesquisa inédita da McKinsey apresentada no evento possibilitou materializar o valor do design para os negócios, mostrando que é, ou deveria ser, mais do que uma "boa intenção", se tornando prioridade para a alta gerência, a fim de direcionar crescimento e desempenho a longo prazo em uma organização. Segundo a consultoria, um dos principais pontos para atingir o sucesso é escutar os consumidores por meio de canais de comunicação, pois eles são a principal fonte na hora de desenvolver ou criar um produto ou serviço.

O levantamento aponta um erro crucial da indústria: 40% das empresas entrevistadas não envolvem os usuários finais durante seu processo de desenvolvimento. Outro aspecto importante na hora de tornar o design rentável para sua empresa é investir na jornada do consumidor. O cliente é o centro de todo o processo e sua experiência com seu produto ou serviço precisa estar atrelada com a necessidade de compra.

Na pesquisa, quando líderes foram questionados a informar a maior fraqueza de sua empresa relacionada ao design, uma resposta que chama a atenção: apenas 8% reconhecem a necessidade de começar o desenvolvimento de um produto ou serviço com uma pesquisa feito com usuários e não diretamente com as especificações do produto.

Obviamente o design de qualidade traz benefícios comerciais, não é preciso ser um especialista para entender isso.

Ainda assim, muitas empresas ainda têm dificuldade em brifar suas equipes com o que precisam. Pouco mais de 50% dos líderes entrevistados admitiram que não têm uma maneira objetiva de avaliar um projeto ou definir metas dos produtos e serviços que o time de design precisa criar. Analisando o mercado por esse prisma, é interessante destacar o desempenho das startups, que mostram tomar decisões melhores por meio da inovação e aprendizado interativo.

Tecnologias novas como a inteligência artificial são caminhos poderosos para desvendar novas técnicas e acessar os consumidores de forma rápida e analítica. Inovar para criar pode ser a chave para se tornar mais rentável. Muitas organizações acreditam que encontraram a fórmula do sucesso e que "copiar e colar" as especificações de u m design que já deu certo para sua nova versão é o caminho, o que é um erro comum: as ânsias e objetivos dos usuários mudam e as companhias precisam aprender a acompanhar esse ritmo e propor mudanças no status quo de seus negócios.

Infelizmente, o design ainda não é avaliado como deveria ser, ou seja, como uma ferramenta importante para a lucratividade dos negócios, mas também com a função de fidelizar e encantar consumidores. Sempre há uma função, um objetivo muito além do estético. Tudo é design em mil formas diferentes, de um produto a um serviço e, entender esse valor agregado é sim sinônimo de estar à frente no mercado.

(*) - É diretor de marketing da Printi (www.printi.com.br).

Este documento foi assinado eletronicamente por Lilian Regina Mancuso. Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/ e utilize o código 3547-8D51-3662-67C0.